



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet

Sexta-feira (13/12) a Quinta-feira (19/12)

Manchetes

MPF: GT da 7ªCCR vê risco de agravamento de condições de presídios no RJ
Conjur: CNJ aprova política judiciária de atenção a egressos do sistema prisional
Estadão: Procurador-geral da República envia ao Planalto pedido de veto a 16 itens da lei anticrime
Rede Brasil Atual: Projeto sobre armas traz riscos à sociedade e aos próprios agentes de segurança, alerta MPF
O Globo: Maioria da população do Rio teme virar alvo de violência policial, aponta Datafolha
UOL: 80 tiros: militar acusa vítima de ter atirado para justificar fuzilamento
G1: Áudios confirmam chamado de perseguição a suspeitos em moto em Paraisópolis; intervenção da PM em baile funk deixou 9 mortos
UOL: Presidente viola tratado sobre tortura, conclui comitê da ONU
Agência Câmara: Violações de direitos humanos em presídios femininos são denunciadas na Câmara
G1: Monitor da Violência: assassinatos caem em 2019, mas letalidade policial aumenta; nº de presos provisórios volta a crescer
Ponte: Ocupação de escola enfrenta violência da PM e faz governador de São Paulo manter curso noturno
Veja: Presidente afirma que vai incluir policiais condenados em indulto de Natal
Extra: PECs da Polícia Penal e que inclui agentes socioeducativos na Segurança avançam
R7: STF arquiva pedidos para investigar presidente no caso Marielle Franco
MPF: 7ªCCR lança chamada pública para artigos sobre violência de Estado e controle externo da atividade policial

Síntese das notícias

GT da 7ªCCR vê risco de agravamento de condições de presídios no RJ: Em reunião na sexta-feira (13), o GT Interinstitucional de Defesa da Cidadania, com mais de dez instituições da sociedade civil e do sistema judicial no Rio de Janeiro, avaliou que há grave risco de piorar, no curto prazo, as condições do sistema prisional fluminense e de outros estados. A reunião, na sede da seccional RJ da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ, no Centro do Rio, visou colher relatos de profissionais que defendem direitos humanos e cidadãos atentos à situação do sistema prisional. O encontro reuniu mais de 40 participantes e a tônica de muitas falas foi a perplexidade com o atual quadro de precariedade nas instituições do sistema prisional no Rio de Janeiro e outros estados. A expectativa de muitos participantes da reunião é de que a situação das pessoas presas



pioire com a recente aprovação do chamado Pacote Anticrime no Congresso Nacional, cujos efeitos previstos no GT incluem o aumento da população carcerária, e a tramitação de projetos de leis federais e estaduais para regulamentar o trabalho no sistema prisional e a privatização das unidades prisionais.

Fonte: MPF (13/12/2019). <http://bit.ly/36EVL3G>

CNJ aprova política judiciária de atenção a egressos do sistema prisional:

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou na terça-feira (17) resolução que institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário. Os Escritórios Sociais, estruturas impulsionadas pelo CNJ desde 2016 que apostam na articulação entre Judiciário e Executivo, passam a centralizar as ações do Judiciário na atenção às pessoas egressas e seus familiares. A resolução entra em vigor após 90 dias de sua publicação. Além de incentivar o trabalho conjunto entre Judiciário e Executivo em escala local, a resolução também prevê que os Escritórios Sociais poderão fazer parcerias e outras formas de cooperação entre entes públicos, privados e sociedade civil para potencializar os atendimentos e garantir um retorno mais qualificado à liberdade. Lançado pelo CNJ em 2009 com o objetivo de fazer a ponte entre egressos e empregadores, o programa Começar de Novo ganhará novo impulso com os Escritórios Sociais, o que inclui a atualização de diretrizes e fluxos para otimizar o serviço. A política judiciária de atenção a egressos pretende suprir a ausência de ações de Estado articuladas nacionalmente voltadas a esse público com base em boas práticas e evidências. Além da coordenação compartilhada entre poderes, os Escritórios Sociais têm como princípios a singularização do atendimento para facilitar o acesso a serviços públicos de assistência, saúde, educação, renda, trabalho, habitação, lazer e cultura, a adesão voluntária, a privacidade e sigilo no atendimento, a promoção da igualdade racial e de gênero e o acolhimento por equipes multidisciplinares, responsáveis também pela articulação de redes de atendimento.

Fonte: Conjur (19/12/2019). <http://bit.ly/2EyDR6u>

Procurador-geral da República envia ao Planalto pedido de veto a 16 itens da lei anticrime:

O procurador-geral da República enviou ao governo do presidente da República um pedido de veto de 16 itens do projeto de lei anticrime aprovado pelo Congresso – alguns deles relacionados ao chamado juiz de garantias e a restrições para o uso de prisões preventivas. O procurador-geral deverá se encontrar pessoalmente com o presidente para reforçar os pontos. A nota técnica, elaborada pelas Câmaras de Coordenação Criminal e de Combate à Corrupção do MPF, foi encaminhada à Casa Civil, à Secretaria-Geral da Presidência e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – pasta comandada pelo idealizador do projeto, ministro da Justiça e Segurança Pública. O projeto de lei foi alterado na Câmara dos Deputados, fundindo as propostas do ministro da Justiça e outras do ministro do Supremo Tribunal Federal. Mas foram as novidades trazidas pelo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que provocaram a maior reação a trechos aprovados e motivam vetos.

Fonte: Estadão (17/12/2019). <http://bit.ly/35IBzO4>

Projeto sobre armas traz riscos à sociedade e aos próprios agentes de segurança,

alerta MPF: Aprovado na Câmara e agora no Senado, o projeto de lei sobre posse de armas apresenta riscos para a sociedade do ponto de vista da segurança, alertam a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC e a Câmara de Controle Externo da

SINOPSE DE NOTÍCIAS



Atividade Policial e de Sistema Prisional - 7CCR, ambas do Ministério Público Federal. Na segunda-feira (16), os organismos encaminharam nota ao Senado, para subsidiar o debate. “Embora tenha sido aprovado pelos deputados sob um enfoque de interesse individual do cidadão, as regras aprovadas trazem consequências graves para a sociedade, pois permitirão que um grande volume de armas de fogo de forte potencial destrutivo seja posto em circulação”, afirmam as entidades. “O MPF enfatiza que a proposta contraria diversos estudos sérios que indicam ser a redução do número de armas de fogo um fator determinante para a contenção da expansão da violência letal, destacando dados do Atlas da Violência 2018, segundo os quais – entre 1980 e 2016 – cerca de 910 mil pessoas foram mortas com o uso de armas de fogo no país. A pesquisa citada destaca que, se não fosse o Estatuto do Desarmamento, esses números seriam ainda muito maiores”, advertem.

Fonte: Rede Brasil Atual (16/12/2019). <http://bit.ly/2EtzlpU>

Maioria da população do Rio teme virar alvo de violência policial, aponta Datafolha:

Num Rio que registrou 1.546 mortes por intervenção de agentes públicos de janeiro a outubro deste ano — cerca de cinco vítimas por dia, em média —, o medo de virar alvo da violência por parte de policiais atinge a maioria da população carioca, de acordo com a pesquisa Datafolha. Em relação à atuação da Polícia Militar, esse temor é compartilhado por 78% dos entrevistados. O medo de se tornar vítima da violência dos agentes que fazem o policiamento ostensivo nas ruas é mais alto, sobretudo, entre os que se declaram pretos (83%) e pardos (80%), enquanto entre os brancos fica um pouco abaixo da média (71%), mas ainda em um nível elevado. Os mais pobres têm maior preocupação diante da PM. Entre os que têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos, o percentual dos que dizem sentir medo chega a 81%, semelhante ao dos que recebem mais de dois a cinco salários mínimos. Entre os mais ricos, com rendimentos de mais de dez salários mínimos, o índice cai para 60%.

Fonte: O Globo (17/12/2019). <https://glo.bo/2sxxjmb>

80 tiros: militar acusa vítima de ter atirado para justificar fuzilamento: O tenente Ítalo Nunes, comandante da patrulha de militares à qual é atribuída a morte do músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador Luciano Macedo, afirmou hoje em depoimento à Justiça Militar que Macedo estava armado no momento em que foram realizados mais de 80 disparos em direção ao carro onde estava a família. “O vi ao lado do Ford Ka [dirigido por Evaldo] atirando em nossa direção”, disse Nunes, para justificar os tiros. Nenhuma arma foi, no entanto, encontrada com o catador durante a perícia criminal realizada na região. O tenente foi o primeiro dos 12 militares que serão ouvidos pela Justiça Militar —nove deles respondem pelo duplo assassinato. Eles dispararam ao todo 257 tiros durante a ocorrência em Guadalupe, zona norte do Rio, dos quais 83 atingiram o veículo em que Evaldo e a família estavam. Luciano, que prestava socorro às vítimas, também foi atingido pelos disparos e morreu dias depois de internado.

Fonte: UOL (16/12/2019). <http://bit.ly/2EtPw6Q>

Áudios confirmam chamado de perseguição a suspeitos em moto em Paraisópolis; intervenção da PM em baile funk deixou 9 mortos: Áudios dos policiais envolvidos na operação em Paraisópolis, na Zona Sul de São Paulo, no dia 1º de dezembro, confirmam o chamado de perseguição a suspeito em uma motocicleta. A intervenção policial em um

SINOPSE DE NOTÍCIAS



baile funk na comunidade deixou nove pessoas mortas e 12 feridas. Para os investigadores do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP, as trocas de mensagens confirmam a versão dos policiais, de que estavam perseguindo dois homens numa moto. As gravações, obtidas mostram que o comando de operações da Polícia Militar, o Copom, recebeu o alerta de perseguição pelo rádio às 3h41 de domingo, 1º de dezembro. "Copom, Herbert Spencer. Jogou pra cima da equipe aí", diz o chamado. Os policiais estavam perto de um cruzamento bem no meio de Paraisópolis. Naquela madrugada, mais de cinco mil pessoas se divertiam no baile da DZ7, o pancadão mais famoso da comunidade. Menos de cinco minutos depois do início da perseguição, o policial faz outro alerta pelo rádio da Polícia Militar. "Passa maiores [informações] aí, a multidão está se evadindo da viatura aí. Pela Herbert Spencer, sentido Pasquale". Os policiais ficam mais de 20 minutos sem falar com o Copom. Pelo rádio, não é possível saber o que ocorreu durante tal período.

Fonte: G1 (18/12/2019). <https://glo.bo/2Q2UZ9S>

Presidente viola tratado sobre tortura, conclui comitê da ONU: A política de governo do presidente da República no que se refere ao combate à tortura foi condenada por um organismo da ONU. Na segunda-feira (16), os peritos do Subcomitê das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura emitiram uma avaliação sobre queixas recebidas contra Brasília. Trata-se da primeira constatação formal por parte de um organismo da ONU da violação de tratados internacionais pelo Brasil, um golpe contra o discurso da embaixadora do país nas Nações Unidas que declarou que o estado que era um "exemplo" e "inspiração" em termos de direitos humanos. O ato ocorre às vésperas de o governo completar um ano e marca um profundo mal-estar dos organismos. O Comitê havia recebido a queixa em setembro e, depois de uma avaliação, chegaram à conclusão de que as regras precisam ser revistas. O ponto central avaliado era o decreto 9.831 de 10 de junho, que foi denunciado por ativistas e ONGs como tendo desmantelado os sistemas de controle de tortura e prevenção no Brasil. Para a entidade internacional, Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura minado pelas decisões do governo não é uma opção. Mas uma obrigação do estado brasileiro.

Fonte: UOL (16/12/2019). <http://bit.ly/2YTftG8>

Violações de direitos humanos em presídios femininos são denunciadas na

Câmara: Violações de direitos humanos nos presídios femininos do Pará e do Ceará foram denunciadas em debate promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados na terça-feira (10). A comissão discutiu relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão que integra o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos. O relatório aponta uma série de atos de tortura em presídios sob a responsabilidade da força-tarefa de intervenção penitenciária no Pará. Representante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura relatou que, no primeiro dia da intervenção federal no presídio feminino do Pará, em julho, as mulheres foram obrigadas a sentar nuas de cócoras, no chão molhado ou sobre formigueiros – por até quatro horas. A representante do MNPCT disse que inspeção feita no Centro de Reeducação Feminino, no Pará, em setembro, mostra ainda a suspensão de visitas de familiares e superlotação na unidade. "As celas eram para acolher quatro pessoas e havia lotação de 15 mulheres. Isso por si só já é uma violação gravíssima de direitos", disse. Segundo ela, foram identificadas outras situações degradantes, como ausência de material de higiene, alimentos estragados, falta de água, de vestimenta e de



medicamentos.

Fonte: Agência Câmara (16/12/2019). <http://bit.ly/2PQla3t>

Monitor da Violência: assassinatos caem em 2019, mas letalidade policial aumenta; nº de presos provisórios volta a crescer: O ano de 2019 foi marcado por uma queda consistente no número de assassinatos no país. O índice nacional de homicídios “Monitor da Violência” mostra que, em nove meses, houve uma diminuição de 22%. Por outro lado, as mortes cometidas pela polícia aumentaram no 1º semestre. E a superlotação e o número de presos provisórios voltaram a crescer neste ano. O Monitor da Violência mostra números exclusivos levantados durante o ano e ouve especialistas do Núcleo de Estudos da Violência da USP e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, parceiros do projeto, para mostrar as causas por trás dos dados e apontar caminhos para 2020. O Brasil teve 30.864 mortes violentas de janeiro a setembro deste ano – uma a cada 13 minutos, em média. É um número ainda alto, mas menor que o registrado no mesmo período do ano passado. A queda é de 22%. Houve, em 2018, 39.527 mortes nos primeiros nove meses. Apesar da queda nos assassinatos em geral, houve um aumento no número de pessoas mortas pela polícia. O Brasil teve no 1º semestre deste ano 2.886 pessoas mortas por policiais – 120 a mais que no mesmo período de 2018. A alta no dado, no entanto, não é uma tendência nacional: a maioria dos estados teve queda nos registros nos primeiros seis meses de 2019. Das 27 unidades da federação, 15 tiveram uma queda nas mortes cometidas pela polícia, 10 registraram uma alta e um se manteve no mesmo patamar. Goiás foi o único estado do Brasil que se recusou a passar os dados.

Fonte: G1 (16/12/2019). <https://glo.bo/38Kj8uw>

Ocupação de escola enfrenta violência da PM e faz governador de São Paulo manter curso noturno: Alunos da Escola Estadual Professor Lênio Vieira de Moraes, em Barueri, cidade na Grande São Paulo, ocuparam a unidade na noite de segunda-feira (16) como forma de protesto ao possível encerramento das atividades da instituição. Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria Estadual da Educação, o curso noturno é que estaria sob risco de fechamento. A Polícia Militar, gerida pelo secretário da Segurança Pública e pelo comandante-geral cercou a escola e começou a ameaçar invadir o local. A professora Ângela Soares, 45 anos, foi tentar intervir e acabou sendo abordada por um policial. Conforme mostram algumas imagens de celular, o PM, com dedo em riste, encosta Ângela na parede, grita com ela e ameaça levá-la até a delegacia por resistência. A resistência durou toda a madrugada e os estudantes receberam na manhã da terça-feira (17) a garantia por parte do governo do estado de São Paulo que a escola seguirá em pleno funcionamento em 2020.

Fonte: Ponte (17/12/2019). <http://bit.ly/2Z44DNE>

Presidente afirma que vai incluir policiais condenados em indulto de Natal: O presidente da República afirmou sábado (14) que o indulto de Natal deste ano deverá incluir policiais condenados. “O indulto não é para determinadas pessoas, mas sim pelo tipo de crime pelo qual ela foi condenada. Vai ter policial, sim. Civil e militar, tudo lá”, disse o presidente ao deixar o Palácio da Alvorada. O indulto é concedido por decreto presidencial para perdoar presos condenados a determinados crimes não violentos. O presidente já havia prometido, em agosto, conceder indulto a policiais “presos injustamente”. “Não é justo, tem policial preso por abuso porque em vez de dar dois tiros

SINOPSE DE NOTÍCIAS



em vagabundo de madrugada deu três. E foi preso por abuso”, disse o presidente neste sábado. “Não podemos continuar cada vez mais criminalizando os policiais no Brasil. Ou tem indulto para todo tipo de gente ou não tem para ninguém. Quem assina sou eu”, afirmou.

Fonte: Veja (14/12/2019). <http://bit.ly/2EunF6g>

PECs da Polícia Penal e que inclui agentes socioeducativos na Segurança

avancam: Duas propostas de emenda à Constituição – PECs avançaram na Assembleia Legislativa, na quinta-feira (12). Tanto a PEC que cria a Polícia Penal no estado quanto a que inclui os agentes de segurança socioeducativos no rol dos órgãos de Segurança Pública do estado receberam pareceres favoráveis na Comissão de Vetos e Emendas Constitucionais da Alerj. O deputado articula para que os textos entrem na pauta de votações em regime de urgência, antes do início do recesso do Legislativo. O artigo 187 da Constituição Estadual garante aos policiais civis e militares e bombeiros militares já têm a garantia da administração pública estadual para apoio à pesquisa, investigação científica, cursos de especialização e convênios com universidades. No entanto, agentes penitenciários e os agentes de segurança socioeducativos não são incluídos no dispositivo atualmente e também não têm direito à aposentadoria especial.

Fonte: Extra (13/12/2019). <https://glo.bo/2YVp8w3>

STF arquiva pedidos para investigar presidente no caso Marielle Franco: O ministro do STF - Supremo Tribunal Federal, decidiu arquivar dois pedidos para que o presidente e o filho, vereador no Rio de Janeiro, fossem investigados por suposta obstrução de Justiça nas investigações a respeito do assassinato da vereadora Marielle Franco no ano de 2019. "Assim, tendo o Ministério Público se manifestado pelo não conhecimento do pedido, notadamente em razão da ausência de indícios mínimos da ocorrência de ilícito penal, determino o arquivamento desta notícia-crime, nos termos dos artigos 21, XV, e 231, § 4º, do RISTF", disse o ministro, em despacho tornado público na noite de terça-feira (17).

Fonte: R7 (18/12/2019). <http://bit.ly/2PAYDZR>

7ªCCR lança chamada pública para artigos sobre violência de Estado e controle externo da atividade policial:

Estão abertas as inscrições para a seleção de artigos sobre o tema “Violência de Estado: Controle Externo da Atividade Policial, Sociedade e Sistema de Justiça”. Os textos irão integrar uma coletânea virtual da Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal - 7CCR/MPF, e devem abordar o papel da sociedade e do sistema de Justiça no controle da atividade policial, a fim de promover a efetivação dos direitos fundamentais e da cidadania. Os autores podem submeter artigos inéditos, atualizados, adaptações de monografias e resumo de dissertações ou teses. Na seleção, serão observados os enfoques relevantes ao MPF, consistência, rigor científico, atualização temática e bibliográfica, contribuição para o campo de conhecimento e adequação aos requisitos definidos em edital. Os interessados em participar devem enviar os textos até 18 de fevereiro de 2020 para o e-mail 7ccr@mpf.mp.br, indicando no assunto da mensagem “Edital 7ª CCR/MPF nº 1, de 18 de dezembro de 2019 – Violência de Estado: controle externo da atividade policial, sociedade e sistema de justiça”. Os artigos serão avaliados e selecionados pelos coordenadores da publicação, em até um mês após o término do

SINOPSE DE NOTÍCIAS



prazo de entrega dos artigos. O resultado da deliberação será comunicado aos candidatos por e-mail.

Fonte: MPF (18/12/2019). <http://bit.ly/2EBcj0°>